



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MAYARA DALES DA SILVA MARCELINO MENESES

**REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PRÁTICA
PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**GUARABIRA
2016**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MAYARA DALES DA SILVA MARCELINO MENESES

**REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PRÁTICA
PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Verônica Pessoa da Silva

GUARABIRA – PB
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M543r Meneses, Mayara Dales da Silva Marcelino
Reflexões sobre a avaliação da aprendizagem na prática pedagógica da educação de jovens e adultos [manuscrito] / Mayara Dales da Silva Marcelino. - 2016.
29 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: VERÔNICA PESSOA DA SILVA, Departamento de Educação".

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Prática Pedagógica. 3. Avaliação da Aprendizagem. I. Título.

21. ed. CDD 371.27

DEISE ANDRÉ DE OLIVEIRA

A ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES SOBRE SUAS FUNÇÕES
SOCIAL, POLÍTICA E PEDAGÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à
exigência para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 13/10/2016.

BANCA EXAMINADORA

Verônica Pessoa da Silva.

Prof.ª Dr.ª Verônica Pessoa da Silva / UEPB
(Orientadora)

Junio Santos da Silva

Prof.ª Esp. Junio Santos da Silva / ISESJT
(Examinador)

Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Prof.ª Ms. Márcia Cristiane F. Mendes / UEPB
(Examinadora)

A Deus, pois sem Ele nada eu poderia fazer,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem Ele nada eu poderia fazer.

Aos meus amados pais, Maria Daluz, José Roberto e a minha amada avó Severina que nesta vida dedicaram-se em tudo a mim na minha formação humana, que sempre me incentivaram na educação mesmo com seu estudo limitado mas quiseram que eu seguisse em frente.

Ao meu amado esposo Gustavo Meneses, que desde o momento que me conheceu sempre me ajudou na minha formação acadêmica sempre buscando alguma forma para que eu não perdesse aulas e me ajudando em tudo que eu precisava.

Ao Professor Júlio Francisco que me ajudou a está neste curso devo muito a ele.

E, por fim, a minha amada orientadora Verônica Pessoa que dedicou seu tempo e seus conhecimentos para a realização deste trabalho, sempre com muito amor, dedicação, carinho e paciência. Tenho certeza que todos estão muito felizes com a minha realização.

“Eu espero na medida em que começo a busca, pois não seria possível buscar sem esperança”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Este artigo apresenta discussões sobre a avaliação da aprendizagem e sua importância para a prática pedagógica. De natureza bibliográfica, tem como principal objetivo de refletir a avaliação da aprendizagem no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo em vista a mesma pode se constituir em uma forma de inclusão dos alunos no ambiente de ensino, visando suas diferenças, as adversidades que enfrentam, as superações que realizam no seu cotidiano e, entre outros, na busca pelo saber. Primando por uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada de forma bibliográfica, buscamos em diversos autores, tais como: ARANHA (1996), GADOTTI (2011), HOFFMANN (1991), LIBÂNEO (2003), LUCKESI (1995 e 1998), SANT'ANNA (1995), entre outros, as respostas às nossas indagações, explorando as concepções de avaliação, suas funções modalidades e instrumentos, inclusive como forma de enfrentamento do fracasso escolar. Por fim, ao estudarmos este tema reafirmamos sua relevância no contexto educacional, assim como compreendemos que o mesmo precisa ser analisado a luz dos preceitos da Educação de Jovens e adultos, identificando as percepções desses sujeitos, como vistas realização de uma avaliação cada vez mais coerente, comprometida com o processo de aprendizagem de todos os alunos, como direito e expressão de cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Prática Pedagógica. Avaliação da Aprendizagem.

ABSTRACT

This article presents discussions on the evaluation of learning and its importance to the pedagogical practice. With a bibliographical nature, it aims to reflect the assessment of learning in the context of the Youth and Adult Education (EJA), with a view that it can constitute a form of inclusion of students in the learning environment, considering their differences, the adversities they face, the overruns that they do in their daily lives and, among others, their quest for knowledge. Excelling by a qualitative research, carried out with a bibliographical focus, we sought in different authors, such as SPIDER (1996), GADOTTI (2011) HOFFMANN (1991), Libâneo (2003), Luckesi (1995 and 1998), SANT ' ANNA (1995), among others, the answers to our questions, exploring the concepts of evaluation, its modalities, instruments and functions, as a way of coping with school failure. Finally, we studied these topics as a means to reaffirm its relevance in the educational context, and understand that it needs to be analyzed in light with the perspective of the Youth and Adult Education, identifying the perceptions of these subjects, aiming to do an assessment as much coherent as possible, committed to the process of learning for all students, as a right and expression of citizenship.

KEYWORDS: Youth and Adult Education. Teaching Practice. Learning Assessment.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 A AVALIAÇÃO ESCOLAR: FRACASSO ESCOLAR, CONCEPÇÕES, MODALIDADES E INSTRUMENTOS.....	12
2.1O FRACASSO ESCOLAR.....	12
2.2CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO ESCOLAR.....	14
2.3 MODALIDADES DE AVALIAÇÃO: DIAGNÓSTICA,FORMATIVA E SOMATIVA.....	19
2.4FUNÇÕES DA AVALIAÇÃO.....	21
2.5 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	21
3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	23
CONSIDERAÇÕESFINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Este estudo, de natureza bibliográfica, reflete sobre a avaliação da aprendizagem e sua importância para a prática pedagógica, especialmente situada no contexto da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Tem como objetivo refletir sobre as concepções e práticas que sustentam as práticas avaliativas na Educação de Jovens e Adultos. Investiga as concepções de avaliação que permeiam a aprendizagem dos jovens e adultos, identificando pistas que permitam repensar a modalidade da EJA.

Assim, ao realizarmos um estudo sobre a temática da avaliação reconhecemos, ainda mais, sua relevância, visto que esta pode contribuir, de modo significativo, para aprimorar a relação do educando com o saber científico-cultural, cabendo ao educador utilizá-la como elemento facilitador para o acesso ao conhecimento, por parte do educando, afim de que este se sinta acolhido para conduzir o seu processo de aprendizagem.

Neste sentido, a avaliação escolar deve ser assumida como uma prática amorosa na qual o educando sinta-se desafiado e motivado pelo professor. Todavia, em uma observação preliminar, constata-se que, nos dias atuais, a avaliação da aprendizagem não corresponde a esta expectativa, pois muitas vezes está restrita a provas e exames que têm como objetivo medir o grau de aprendizagem, de desempenho em determinado conteúdo e julgar, através deste método, se o aluno está ou não aprovado.

Sobre isto Luckesi (1998) argumenta que, embora esta prática seja, por si só, um ato amoroso, esta abordagem não prevalece, visto que a sociedade na qual a avaliação está sendo praticada não é amorosa e, por este motivo, prevalecem práticas avaliativas autoritárias e desassociadas de seu verdadeiro sentido e finalidade.

Objetivamos, com esta investigação, lançar um olhar crítico para esta temática e, reconhecendo sua complexidade, reforçamos a necessidade de apontar pistas para a formação de educadores em suas buscas por métodos avaliativos mais coerentes e eficazes que garantam a aprendizagem dos educandos. Defendemos a avaliação da aprendizagem como uma prática que favorece a superação dos métodos de imposição e autoritarismo gerados por

abordagens arcaicas, tradicionais e descontextualizadas no processo de avaliação do aluno, especialmente os da EJA.

Entendemos, portanto, o processo avaliativo como um conjunto de práticas e saberes que transmitem, ao educando, subsídios para o seu desenvolvimento pessoal, auxiliando-o no seu crescimento apropriado no que se refere à apropriação dos conteúdos, atuando de forma qualitativa em sua formação de sujeito crítico e pensante. Por este motivo, o educador e o educando devem ser aliados na busca e na construção do conhecimento, com vistas a uma educação de qualidade, que começa com o acesso, se sustenta na permanência e atinge sua culminância na garantia da aprendizagem.

Por isso, a avaliação da aprendizagem requisita práticas que se apoiem no acolhimento, na inclusão, na disponibilidade, na paciência, no afeto, no compromisso, na competência, na sensibilidade, entre outros, pois é desta forma que o objetivo da avaliação será alcançado.

A avaliação da aprendizagem representa, no cotidiano escolar, um tema emergente visto que repercute valores culturais e éticos, sem os quais a prática educativa não se efetiva. Desse modo, quando se trata da avaliação, principalmente nas salas de aula, observamos que esta não ocupa o lugar de destaque, necessário a uma intervenção consciente, por parte do educador. Muitas vezes, concepções ingênuas e acríticas cedem lugar a uma ação planejada, que se faça, no contexto da realidade e das necessidades dos educandos da EJA.

Estas reflexões têm nos inquietado, ao longo de nossa formação, enquanto aluna do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Câmpus III. Nossa motivação para a construção deste estudo se move mediante a possibilidade de repensar sobre como está sendo feita a avaliação na Educação de Jovens e Adultos.

Neste sentido, sabemos que é direito de todos os alunos serem avaliados de forma coerente, considerando tanto os aspectos qualitativos quanto quantitativos. Por estes motivos, defendemos a atualidade do tema em questão, ressaltando a sua importância para o meio social e acadêmico, cuja reflexão poderá servir, também, como base e indicações para os professores que queiram aplicar a avaliação com seus alunos da EJA.

O estudo deste tema nos remeteu a uma série de questionamentos sobre os mecanismos da avaliação de forma que os alunos alcancem a aprendizagem. Nesta direção duas questões chaves se fizeram balizadoras de nossas reflexões, a saber: o que é avaliar? E como devemos avaliar?

Com base nas leituras realizadas, observamos que a avaliação presente no cotidiano educacional se resume em medir a capacidade do educando com uma nota que, na grande maioria, tem equivalência entre 0 e 10. Assim, é através de provas/exames que a escola define se o aluno está ou não apto a seguir adiante nos estudos, não levando em consideração suas condições existenciais, como ele chegou na escola, que desejos e motivações possuem, entre outras questões.

A partir desta pesquisa buscamos lançar um olhar crítico para esta temática a fim de indicar pistas para a compreensão e a formação de professores que ainda utilizam métodos avaliativos que não contribuem para o processo de ensino e aprendizagem do educando.

Neste trabalho abordamos a realidade da avaliação nas salas de aula da EJA, frisando as dificuldades encontradas pelos alunos cuja trajetória de vida reúne impedimentos para que os mesmos usem, plenamente, seu direito de acesso a escolarização formal. Assim, é necessário também que o saber e a experiência de vida dos alunos sejam considerados, desde os conhecimentos prévios até os conhecimentos histórico-científicos abordados em sala de aula.

A valorização destes conhecimentos prévios permitirá a que o educando se sinta valorizado e acolhido, porque a partir do momento em que o educador utilizar de tais conhecimentos, o educando começará a imaginar que em seu próprio cotidiano de vida (trabalho, casa, religião, entre outros) pode aprender e aplicar os conhecimentos adquiridos para enfrentar os problemas do seu dia a dia.

Por fim, esperamos, com este estudo, contribuir para a constituição de um processo avaliativo na Educação de Jovens e Adultos que permita superar omissões, com vistas a garantir a aprendizagem do educando jovem e adulto.

2 A AVALIAÇÃO ESCOLAR: FRACASSO ESCOLAR, CONCEPÇÕES, MODALIDADES E INSTRUMENTOS

Cotidianamente ouvimos falar que o motivo do fracasso escolar está relacionado ao baixo desempenho do estudante. Muitos argumentos baseados apenas no senso comum culpam o aluno, afirmando que este fato se dá pela falta de motivação do mesmo. Afirmam que o aluno é preguiçoso, não gosta de estudar, é bagunceiro, é desatendo, entre outros elementos.

Esta visão restrita não evidencia uma série de questões que estão por trás de tudo isto: o que leva este educando a este comportamento? O que fazer para que esta realidade seja modificada? Que mudanças e métodos podem ser utilizados para que este educando mude seus conceitos com relação ao processo de ensino e aprendizagem? Será que o fracasso escolar é responsabilidade única do estudante? Até que ponto os métodos de ensino têm influência neste processo? É exatamente isto que vamos explorar neste tópico, analisando as modalidades, concepções e instrumentos de avaliação a fim de elucidar os caminhos que devemos percorrer para que possamos desenvolver uma prática de avaliação coerente com os objetivos de cidadania a partir dos quais se sedimenta a EJA.

2.1 O Fracasso Escolar

Nos últimos anos têm crescido, consideravelmente, os estudos sobre o fracasso escolar. Na década de 1980 estes estudos avançaram em suas análises, provando que o fracasso escolar também é de responsabilidade da instituição escolar. Entretanto, observamos que não é o estudante que tem a maior parcela de responsabilidade no que se refere a esta problemática, mas, parte considerável desta realidade tem íntima relação com a avaliação escolar.

Evidencia-se, assim, que muitos dos profissionais da educação não aplicam a avaliação nos ambientes de ensino de forma devida, porque é mais cômodo avaliar da forma tradicional, fazendo uso unicamente das provas e testes de verificação de aprendizagem. É evidente que não podemos descartar neste

processo a estrutura do ambiente familiar do aluno ou o fato do aluno trabalhar durante o dia e estudar a noite, como acontece na grande maioria dos alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Porém, cabe ao professor observar os elementos que acarretam a desmotivação dos alunos que interferem no rendimento escolar. Neste sentido, muitos professores, ao sentirem que o educando tem dificuldade em algumas áreas de conhecimento apontam como medida necessária a superação destes limites que os alunos disponham de mais tempo para estudar em casa, ter atenção nas aulas, fazer todas as tarefas que forem solicitadas, enfim, recaindo sobre o aluno a responsabilidade do processo educativo. Mas, se ao invés de o professor realizar tais exigências ao educando refletisse: Como estão sendo minhas aulas? Será que o ambiente de ensino é favorável à aprendizagem? Qual o perfil dos educandos com os quais trabalho? Que motivação e compromisso tenho no desenvolvimento do meu trabalho? O que posso fazer para atrair a atenção dos meus alunos? Estas e tantas outras questões nos levam a refletir sobre o papel da avaliação.

Estas questões nos remetem à necessidade de intervenções coletivas no que se refere ao ensino e à aprendizagem, favorecendo um aproveitamento maior dos assuntos estudados.

Ao menos para aqueles que ingressam e permanecem na escola, o nosso trabalho será significativo. E, se assim o for, muitas crianças, jovens e adultos que nela têm ingresso e que dela poderiam evadir-se, terão pelo menos uma razão para ali permanecerem em função de um trabalho que lhes demonstre o significado e o prazer do seu próprio desenvolvimento (LUCKESI, 1998, p.121).

Como afirma Luckesi (1998) nosso trabalho será bem mais significativo se colocarmos a avaliação como ponto principal de ensino: aproveitar-se-ia um melhor rendimento e diminuiria mais os fatos de evasão escolar. Além disso, o educando teria mais prazer com o ensino, podendo ter um maior desenvolvimento. O ato de avaliar é com certeza a melhor forma de obter resultados satisfatórios e garantir melhor qualidade de ensino para o aluno.

De acordo com uma matéria publicada na Revista Nova Escola o maior motivo da evasão escolar na EJA é o fato de o aluno ter que trabalhar em um turno e estudar no outro e destacando o público feminino tendo em vista a grande maioria que tem filhos e não tem com quem deixar. Isso dificulta bastante seu rendimento escolar tendo em vista que na realidade vivida em nosso país as providências cabíveis não são executadas como deveriam.

Assim, apesar de o trabalho ser um grande vilão no que diz respeito a esta abordagem o que também é apontado pela matéria são as metodologias usadas em sala de aula. Foram colocadas sete propostas metodológicas para ajudar no crescimento do saber do professor que ajudam a diminuir as faltas e evasão dos jovens e adultos. São elas: O uso das variadas linguagens, reorganização do tempo, currículo contextualizado, articulação com empresas, atendimento aos filhos, atendimento individual, acolhimento e merenda.

A partir do primeiro que é o uso de várias linguagens, usam-se atividades relacionadas a arte e a cultura, como músicas, cordel, teatro, que facilitam o aprendizado tendo em vista o cotidiano e realidade vivida. O segundo é a reorganização de tempo que é um cronograma elaborado para ajustar a disponibilidade no aluno para as aulas. O terceiro retrata o currículo contextualizado que propõem a construção de um currículo que dê mais significado à aprendizagem. O quarto a articulação com empresas que é entrar em contato com as empresas para estabelecer parcerias com a finalidade de facilitar o acesso dos alunos a escola e evitar atrasos. O quinto que é o atendimento aos filhos, a proposta é criar uma infraestrutura para receber os filhos dos alunos que não tem com quem deixarem, isso é algo muito motivador que ativaria de forma bastante positiva na frequência escolar. O sexto é o atendimento individual que oferece um plano de estudo personalizado segundo as possibilidades de cada aluno, e o sétimo e último é o acolhimento e a merenda, pois oferecer refeições aos alunos é incentivá-los a estudar.

2.2 Concepções de Avaliação Escolar

A avaliação, ao ser realizada, precisa ser feita de forma contínua, planejada, pesquisada e observada, considerando os conhecimentos prévios dos educandos, as metas e objetivos previstos para o nível de ensino, bem como instituídos, através de uma escuta atenta e respeitosa.

Neste sentido, todo processo de avaliação requisita uma preparação por parte do professor e, essa preparação, deve ser feita a partir de um planejamento do ensino. É no planejamento que o professor organiza suas estratégias teórico-metodológicas de ensino, inclusive da avaliação escolar. Para auxiliar neste planejamento é necessário que este, além de crítico e reflexivo, seja um pesquisador, pois além de estudar os assuntos que serão abordados, é necessário que pesquise qual a melhor forma de avaliar aquele aluno, tendo em vista a realidade de cada um.

Assim, ao pesquisar qual a forma necessária da avaliação é preciso que o professor, busque metodologias inovadoras para que o ensino seja construído de forma prazerosa e eficaz.

O ato de planejar, como todos os outros atos humanos, implica escolha e, por isso, está assentado numa opção axiológica. É uma 'atividade-meio', que subsidia o ser humano no encaminhamento de suas ações e na obtenção de resultados desejados, portanto, orientada por um fim. O ato de planejar se assenta em opções filosófico-políticas; são elas que estabelecem os fins de uma determinada ação (LUCKESI, 1998, p, 106).

Para Luckesi (1998) o ato de planejar é uma ação axiológica, ou seja, o autor trata o planejamento como algo de pleno valor, e não é qualquer valor, trata-se de um valor moral. Todo pesquisador precisa considerar este argumento, pois só teremos bons resultados se antes tivermos bons planejamentos. O autor também se manifesta afirmando que o planejamento é uma "atividade-meio" e, portanto, ele deve estar no centro de qualquer avaliação para que se obtenha bons resultados, por este motivo é afirmado que deve ser orientada por um fim no caso são as metas que temos que traçar quando planejamos, são essas metas que nos orientarão durante todo o processo, pois não podemos desviar nosso

olhar delas. É o ato de planejar que nos ajuda no estabelecimento de metas para qualquer situação.

Para que a avaliação seja contínua, todo o processo deve estar articulado as necessidades básicas de aprendizagens dos educandos, observando também os conhecimentos prévios dos estudantes para que a partir disto a avaliação seja feita com mais qualidade. Neste sentido, para isso ocorra, é preciso favorecer a participação do aluno em todo processo, exercitando a escuta acolhedora para que se possa colher o que eles trazem consigo de informações e, a partir destas informações, realizar a transposição didática, através de metodologias que incluam tais conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem.

De um modo geral, observamos que muitos dos nossos profissionais da educação, especificamente, os professores, precisam elogiar o desempenho do aluno, pois no lugar do elogio residem as críticas que os fazem sentirem-se piores. Desta maneira, além de não conseguir bons resultados, estará transformando aquela situação em traumas no aluno, uma situação que deveria ser algo para transformar aquele momento, transforma-se na mais difícil e dura realidade. É necessária a constante vigilância epistemológica para que se possa favorecer um ensino de qualidade e motivador.

Além de tudo isto o desempenho da avaliação contínua não pode abrir mão da orientação. Em todo o processo avaliativo é necessário que o professor oriente seu aluno de forma pedagógica, ensinado e procurando ensinar, transformando as dificuldades em meios para que a aprendizagem seja alcançada. Uma das formas que também é primordial chama-se, encorajamento, é preciso que o educando seja encorajado, pois assim o mesmo terá a oportunidade de se desafiar e conquistando, além do aprendizado, a motivação necessária para seguir nos estudos.

Assim, além da avaliação de forma contínua, devemos ter uma avaliação organizada que implica em ser justo com o aluno. É claro que o aluno só poderia ter maus resultados através desta metodologia que lhe é aplicada. A outros casos de educadores que até planejam, apresentam bem o conteúdo. Porém nas provas colocam acrescentam questões totalmente diferentes das que foram estudadas. É necessário que o educador seja justo com seu educando e que realize em suas avaliações aquilo que de fato ele apresentou no decorrer do bimestre.

Observando a avaliação sistemática vemos que o contexto escolar nos dias atuais ainda se refere a provas/exames que se aplicam para obter os resultados de aprendizado. Mas, será que estes métodos são de fato eficazes e precisos?

A base da educação é a educação tradicional imposta no Séc. XVI fato que prevalece até os dias atuais (ARANHA, 1996). Porém, o que queremos abordar é a avaliação como método que avalia de forma precisa o desempenho do aluno fazendo com que não haja exclusão, mas acolhimento cada vez mais de cada um e esta modalidade é inovadora e eficaz em todos os aspectos. A pedagogia do exame busca trazer para o aluno uma espécie de “promoção”, boas notas, entre outros e usa um método coercitivo, ou seja, que reprime o aluno, causa-lhe medo, para buscar a atenção desejada. Essa pedagogia também é um método seletivo, ou seja, se meu aluno não aprende ele é reprovado, só ficam os tidos como os “melhores”, os “notas 10”, pois para a pedagogia do exame só importa os números.

Não é observado o esforço do aluno, quais as dificuldades que ele enfrentou para chegar até a escola, quais os problemas que ele trouxe de casa ou do trabalho, entre tantas outras observações. Não se observa a participação do aluno na sala de aula, a atenção que ele dá na hora das explicações, isso tudo é passado despercebido pelo educador. No momento da seleção o professor é o juiz e o aluno é tratado como um réu e ainda é pior que em um tribunal comum pois, o aluno não tem direito a defesa. São passados diversos assuntos no decorrer do bimestre, porém só são escolhidas dez perguntas, na maioria das vezes, para que seja medindo o grau do conhecimento do estudante, ou seja, ele pode ter aprendido todos os outros assuntos, porém se ele não souber ao menos, sete das dez que lhes foi apresentada ele é excluído.

Para Luckesi (1998) nas práticas de avaliação as escolas praticam o exame. O exame também traz para o aluno uma pressão psicológica. Ao lembrar da prova o professor exige a disciplina e pronuncia frases tais como: Se não ficarem em silêncio vocês vão ver o que vou fazer na prova, ou seja, é uma forma de impor medo e não respeito. Aos poucos a pedagogia do exame vai transformando mentes submissas ao medo. Através desta linha de pensamento devemos analisar: Nossos alunos estão sendo examinados ou avaliados?

A LDB de n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) no artigo 24 vem privilegiar os aspectos qualitativos sobre os aspectos quantitativos.

Artigo 24. Inciso V. A verificação escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (BRASIL, 1996).

O que seriam os aspectos quantitativos? A própria palavra já demonstra que se refere a quantidade, números, notas, posições, entre outros. Quando se trata da quantidade ou valores quantitativos, podemos observar que ao avaliar o aluno, desta forma, são exigidas dele boas notas, ou seja, bons números, e é a partir destes números que a classificação dele é feita. E os aspectos qualitativos? Quem nunca ouviu falar no ditado que diz: "Prefiro a qualidade que a quantidade". Pois bem, como já se ver na palavra, os aspectos qualitativos estão voltados a enxergar e avaliar o aluno pelas suas qualidades, observando não o que ele deixou de cumprir, mas exaltando o que ele fez apesar de ter deixado algo para trás. A qualidade vem primeira que os números, ela supera qualquer ação de classificação (LUCKESI, 1998).

Quando se aplica a pedagogia do exame (LUCKESI, 1950), ao invés da avaliação da aprendizagem, os educandos centralizam a atenção apenas nos exames e deixa em segundo plano a aprendizagem que deveria ser primordial no processo de ensino/aprendizagem, pois quando se trata em executar a avaliação da aprendizagem estamos estimulando a construção de conhecimentos e não meramente a memorização, ou seja, enquanto a avaliação não for executada de forma primordial, não existirá melhoria na aprendizagem.

Segundo Hoffmann (1993), muitos professores não se dão conta de que a aprendizagem do educando não depende unicamente dele, inclusive demonstram surpresa quando se ouve falar que o professor é o principal responsável pelos bons resultados dos saberes.

A partir do momento em que os professores entendem e descobrem que o aprendizado depende muito deles também existe uma motivação que os fazem repensar em sua prática avaliativa. Porém, os professores precisam se abrir para uma prática inovadora que possa, assim, favorecer a relação entre aluno e

professor, pois “as posturas conservadoras e resistentes acabam por impedir que haja o diálogo efetivo entre os professores e destes com os alunos, com as famílias” (HOFFMANN, 1993, p. 44).

A avaliação deve ser mediadora, o professor necessita assumir um compromisso frente às diferenças de cada indivíduo e é necessário que haja uma relação de interatividade entre o professor e o aluno como garantia de bons resultados. Para Hoffmann (1993)

O aluno constrói o seu conhecimento na interação com o meio em que vive. Portanto, depende das condições desse meio, da vivência de objetos e situações, para ultrapassar determinados estágios de desenvolvimento e ser capaz de estabelecer relações cada vez mais complexas e abstratas (HOFFMANN, 1993, p. 52).

2.3 Modalidades de avaliação: Diagnóstica, formativa e somativa

Segundo Bloom (1995), a avaliação é classificada em três modalidades, de acordo com as funções que desempenham, são elas: diagnóstica, formativa e somativa. Cada modalidade tem sua função, na avaliação escolar do aluno e do professor.

De acordo com Sant’Anna (1995) a importância de uma avaliação diagnóstica é fundamental para que se chegue ao aprendizado, pois ela permite que haja uma exploração na forma de como é passado o conteúdo e nos próprios alunos, e a partir daí que seja descoberto o motivo da ausência ou da presença de aprendizagem, porque se existir a ausência deve também existir a busca de novos objetos e metodologias que ajudem a melhorar este quadro e, se existir a presença, deve contribuir com aqueles que ainda não conseguiram chegar a seus objetivos. Neste sentido, a avaliação diagnóstica:

Visa determinar a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades, inclusive buscando detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem. Permite averiguar as causas de repetidas dificuldades de aprendizagem (SANT’ANNA, 1995, p.33)

Algo muito interessante também que a autora cita, refere-se a auto avaliação, que se insere no contexto da avaliação diagnóstica. O aluno deve pensar e refletir sobre seu progresso em sala de aula, ele também deve ser

participante de sua avaliação, algo que raramente acontece na prática. Para a referida autora,

Afirma-se que o educando é o sujeito e não o objeto da ação educativa; no entanto, ele próprio não participa do progresso de sua avaliação, apenas recebe, direta ou indiretamente, o resultado de sua vitória ou fracasso (SANT'ANNA, 1995, p.33).

A avaliação formativa tem a função de informar ao professor e ao aluno se existe alguma dificuldade no resultado da aprendizagem. Este tipo de avaliação também ajuda o educador a encontrar o que está faltando e a buscar ajudar no processo da avaliação para que se chegue ao objetivo com qualidade. Esta modalidade avaliativa:

É realizada com o propósito de informar o professor e o aluno, sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares. Localiza deficiências na organização do ensino-aprendizagem, de modo a possibilitar reformulações no mesmo e assegurar o alcance dos objetivos (SANT'ANNA, 1995, p.34).

Chama-se formativa, pois tem o objetivo de identificar o desenvolvimento dos alunos no decorrer de sua formação e no alcance de suas metas.

A última modalidade estudada é denominada de somativa que, como o próprio nome esclarece, é aquela que soma, ou seja, que une o aluno e o professor a chegar ao conhecimento através da classificação dos alunos, com o intuito de resgatar o que cada um tem, de forma específica. Na opinião da autora é de a,

(...) que não apenas os objetivos individuais devam servir de base, mas também o rendimento apresentado pelo grupo. Por exemplo, se em número x de questões a classe toda ou uma porcentagem significativa de alunos não corresponde aos resultados desejados, esta habilidade, atitude ou informação deveria ser desconsiderada e retomada no novo planejamento, pois ficou constatado que a aprendizagem não ocorreu (SANT'ANNA, 1995, p. 36).

Vale salientar que se a turma não mostrar crescimento o professor deve mudar sua forma de ensino para que o acesso a informação seja mais acessível e prazeroso para que o aluno chegue com mais qualidade nos objetivos almejados.

2.4 Funções da Avaliação

Tomando por base a definição de Sant'Anna (1995) a avaliação é um processo que tem como objetivo, aperfeiçoar a aprendizagem trazendo mais qualidade ao ensino. A avaliação tem variado no decorrer dos tempos devido o avanço tecnológico sofrendo várias influências que se destacam em cada época.

Destacamos algumas funções específicas da avaliação: Facilitar o diagnóstico, melhorar a aprendizagem e o ensino (controle), estabelecer situações individuais de aprendizagem, interpretar os resultados, promover, agrupar alunos (classificação), entre outros.

A melhoria da aprendizagem é uma das mais importantes funções, é o grande objetivo, sem isso a avaliação perderia todo seu valor e talvez nem existisse, podemos dizer que o avanço da aprendizagem através da avaliação pode resumir em tudo quando definimos o que é avaliação e para que ela serve. Todo o resto é um conjunto de fatores que juntos servem para o mesmo objetivo que é a aprendizagem. Porém, para que haja aprendizagem, deve existir uma boa avaliação. A aprendizagem é tudo aquilo que permanece e nem o tempo é capaz de destruir, e para que exista isso, é necessário que se haja uma avaliação com qualidade.

2.5 Instrumentos de Avaliação

Quando falamos de instrumentos de avaliação lembramos logo nas "temidas provas", porém, como destaca Sant'Anna são diversos os meios que são usados no processo avaliativo. São eles: Provas/exames, trabalhos individuais, trabalhos grupais, auto avaliação, conselho de classe, pré-teste, avaliação cooperativa, observação, inquirição, relatório, entre outros. Porém, nem todos são julgados como melhor forma de avaliar, uns são tidos como arcaicos, ultrapassados, além disso, não contribuem de forma positiva no processo de ensino/aprendizagem, entretanto são os mais usados em sala de aula.

De todos os instrumentos que foram mencionados queremos destacar, o pré-teste, que possibilita saber os conhecimentos prévios de cada aluno, podendo

assim, ajudar o aluno a adquirir novos conhecimentos com mais qualidade. Funções inovadoras como esta, são as que possibilitam um aprendizado fortalecedor, visto que “é um instrumento bastante valioso para testar o progresso dos alunos e o grau de desenvolvimento atingido pela turma” (SANT’ANNA, 1995, p. 94).

3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No âmbito da legislação a Constituição Federal do Brasil de 1988 no Art. 208 retrata que, “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – A educação básica é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

No que se refere à Educação de Jovens e Adultos (EJA) esta é uma modalidade em que a educação é um direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) que deve ser gratuita aos que não tiveram acesso na idade devida. De acordo com a LDB, o poder público deve estimular o acesso e a permanência dos alunos da EJA na escola.

Quando nos referimos à Educação de Jovens e Adultos nos referimos não apenas a alfabetização e a escolarização, mas a uma construção de novas perspectivas, ou seja, à formação de sujeitos críticos, capazes de opinar e contribuir para uma sociedade mais justa.

Na história da educação brasileira registra-se que, no período da colonização poucas haviam escolas e estas eram para o privilégio das classes médias e altas. Apenas os filhos destas famílias tinham direito e acesso a este sistema, entretanto não havia necessidade de uma alfabetização para jovens e adultos, pois as classes menos favorecidas não possuíam acesso à instrução escolar e quando recebiam era indiretamente. De acordo com Ghiraldelli Jr.

(2008, p. 24) a educação no Brasil iniciou com o término dos regimes e capitânicas, ele cita que:

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de domínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês do Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil (1808- 1821).

Logo após a proclamação da Independência no Brasil surgiu a primeira constituição brasileira e em seu artigo 179 estava escrito que “a instrução primária era gratuita para todos os cidadãos”; mesmo sendo gratuita, não favorecia as classes pobres, ou seja, a escola era para todos, era inacessível a quase todos. Entretanto, no decorrer dos anos foram feitas várias reformas e, Soares (2002, p. 8) afirma que:

A constituição de 1937 fez o estado abrir mão da responsabilidade para com a educação pública, uma vez ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.

O objetivo criado na Constituição de 1937 era favorecer o Estado, pois uma população desprovida de conhecimentos é sujeita a aceitar tudo o que lhe é imposto. Todavia, entende-se que esta constituição não tinha a intenção de formar seres pensantes e críticos, mas valorizava o ensino profissionalizante, pois era melhor preparar os jovens e adultos, enquanto mão de obra, ocupar o lugar que lhes fora destinado nas fábricas e nas indústrias.

Apesar disso, é importante destacar que a Educação de Jovens e Adultos é assegurada por lei e é obrigação das instituições de ensino realizá-la de maneira que atenda às necessidades da população.

Este avanço da legislação se sustenta numa concepção ampla de EJA, que transcende a dimensão da alfabetização. Defende uma modalidade pautada na Educação e na Aprendizagem ao Longo da Vida, sobretudo a partir da realização da VI CONFITEA – Conferência Internacional de Educação e Adultos, ocorrida no Brasil em 2009 (BRASIL, 2010).

Era muito comum décadas atrás pessoas adultas se reunirem para aprender ler, escrever e contar, para eles era uma grande descoberta. Atualmente as pessoas ainda se reúnem, porém com objetivos maiores do que apenas saber ler e escrever, sobretudo pelo aumento das exigências do mercado de trabalho.

Assim, para Libâneo (2003, p. 53):

A escola de hoje precisa não apenas conviver com outras modalidades de educação não formal, informal e profissional, mas também articular-se e integrar-se a elas, a fim de formar cidadãos mais preparados e qualificados para um novo tempo. Para isso o ensino escolar deve contribuir para: - formar indivíduos capazes de pensar e de aprender permanentemente; - prover formação global para atender à necessidade de maior e melhor qualificação profissional; Desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício consciente da cidadania; -Formar cidadãos éticos e solidários.

É preciso que haja uma motivação para com os alunos, que incentive cada vez mais seu desejo pelo conhecimento, principalmente quando nos referimos aos alunos da EJA que na sua grande maioria trabalham e tem famílias, ou seja, não são mais crianças subordinada aos pais e sim pessoas adultas com grandes responsabilidades a cumprir e necessitam de um estímulo didático e uma prática educativa inovadora que possibilitem a ter prazer pelo conhecimento.

A educação de jovens e adultos é marcada por muitas dificuldades, considerando sua permanência na escola, tendo que conciliar trabalho, estudos, problemas financeiros, desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida, entre outros. Avaliar apenas por avaliar não modifica a realidade, a avaliação pedagogicamente, é mais atingível, sendo feita durante o processo para obter informações sobre a aprendizagem dos alunos, este tipo de avaliação é chamada de formativa.

Segundo Luckesi (1995, p.69) [...] entendemos avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão compreendemos assim, que o processo pretende atingir, bem como o quanto o aluno aprendeu e que estratégia é preciso ser reformulada e/ou alterada para que este objetivo seja atingido.

Todas as dificuldades encontradas nos alunos da EJA remetem a uma questão chamada de analfabetismo, que deve ser combatido através de

avaliações inovadoras que observem cada um em particular e que favoreça qualidade no ensino/aprendizagem do aluno e do professor, já que: “o analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. Seria ingênuo combatê-lo sem combater suas causas” (GADOTTI, 2011, p.38).

A partir do momento em que o educador buscar conhecer a realidade de seus alunos “[...] mas conhecendo-as na convivência com ele e não apenas ‘teoricamente’” (GADOTTI, 2011, p.38), certamente a avaliação de cada um deles será diferente da que estamos acostumados a ter, pois o educador começará a enxergar os obstáculos que impedem muitas vezes do conhecimento ser atingido, e assim teremos uma avaliação de qualidade e que desenvolvam práticas/métodos que estimulem, de acordo com a realidade de cada um, o aprendizado: “O sucesso de um programa de educação de jovens e adultos é facilitado quando **o educador é do próprio meio**”¹ (GADOTTI 2011 p.38).

Segundo Gadotti é necessário que o educador não seja ingênuo nem espontaneísta, ou seja, o professor não pode ficar esperando que as mudanças ocorram sem esforço, sem disciplina, sem trabalho. Quando o educador popular entra em contato com a realidade da cultura popular, descobre rapidamente a diferença do espontaneísmo e a espontaneidade que é uma característica de mentalidade popular. Quando nos referimos a mentalidade popular, falamos dos conhecimentos prévios que o aluno da EJA traz consigo, diferente da educação infantil em que o aluno não passou por tantas experiências como o aluno da EJA, pela questão da idade e da vida. “Não se trata de negar o acesso à **cultura geral** [...] trata-se de não matar a cultura primeira do aluno” (GADOTTI, 2011, p.40).

Entretanto, o professor deve ser um agente participativo compreendendo os obstáculos enfrentados, sempre buscando trazer estratégias e métodos para que a educação seja atingida, observando sempre os meios pelos quais não se podem deixar de ser explorados. Assim teremos sempre uma educação de qualidade.

¹ Grifos do autor.

CONCLUSÃO

Ao chegarmos à conclusão deste estudo evidenciamos que a avaliação, de modo geral, pode ser uma aliada na prática docente, sobretudo se realizada coerentemente. Ao pesquisarmos bibliograficamente os autores que tratam da avaliação, compreendemos a complexidade deste tema, bem como os limites que ainda precisam ser superados, possibilitando a que o aluno seja avaliado em suas capacidades, permitindo-o seguir firme na continuidade de seus estudos.

Muitas vezes, no entanto, que às análises em torno da problemática da avaliação acabam por culpar o aluno, quando em grande maioria, a forma direta como a avaliação é aplicada e desenvolvida, é geradora dessa situação.

Assim, é preciso superar a visão fragmentada da avaliação, unicamente, como expressão estatística, cujos números mascaram a capacidade de cada indivíduo de aprender e seguir em frente na conquista de seus sonhos, ou seja, todos os educandos têm a capacidade de ir muito além do que esperamos basta confiar acreditar nele. Mas, os educandos precisam são de pessoas que acreditem em sua capacidade, contribuindo para que avancem no seu processo educacional.

Por isso, ao pesquisarmos as concepções de avaliação, percebemos que ao ser realizada, a avaliação precisa ser feita de forma contínua, planejada, pesquisada e realizada de forma responsável, considerando os conhecimentos prévios dos educandos, as metas e objetivos previstos para o nível de ensino, bem como instituídos, através de uma escuta atenta e respeitosa.

Deste modo, todo processo de avaliação necessita de uma preparação por parte do professor e, esta deve ser feita a partir de um planejamento do ensino. O planejamento é algo indispensável onde o professor organiza suas estratégias, métodos de ensino, para que atinja de forma eficaz o aluno de acordo com a sua realidade. O professor, no entanto, deve ser uma espécie de arquiteto do aluno, contribuindo para a construção de suas bases que se dão por meio de uma educação crítica.

Assim, ao pesquisar sobre qual a forma necessária da avaliação é preciso que o professor, busque metodologias inovadoras para que o ensino seja construído de forma prazerosa e eficaz e assim obter resultados satisfatórios,

para que desse modo, o professor alcance suas metas e os objetivos de seus educandos.

De um modo geral a avaliação escolar é vista como uma forma de julgar através de notas se o aluno está ou não apto a passar para a próxima fase, porém sabemos que não é desta forma que teremos uma educação de qualidade.

Pesquisamos a avaliação e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com o intuito de refletir sobre como é realizada a avaliação no âmbito de uma modalidade que ainda vem sendo negligenciada no cenário educacional brasileiro.

Os alunos da EJA, de forma especial, devem ser avaliados levando-se em consideração o que eles sabem e o que desejam aprender, na intenção de superar suas dificuldades, garantindo sua permanência em sala de aula.

Desse modo, tanto os professores quanto toda a rede educativa deveriam atentar para a forma como a avaliação é feita no ambiente escolar, pois esta tem relação com a formação de cidadãos mais críticos.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. de. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- _____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. BRASIL. 2010.
- _____. UNESCO. **Conferência Internacional de Educação de Adultos: Ação Marco de Belém**. Brasília: MEC/UNESCO, 2010.
- GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 26. ed. Porto Alegre: Mediação, 1991.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**/ José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Miza Seabra Toschi – São Paulo: Cortez, 2003.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- SOARES, Magda Becker. **Letrar é mais que alfabetizar**. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/~edpaes/Magda.html>. Acesso em 29 de agosto de 2002
- SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?: critérios e instrumentos**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.